

O presente reconhecimento de qualificação é válido por um ano, renovável após parecer favorável em auditoria prévia.

20 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *J. Marques dos Santos*.



307573066

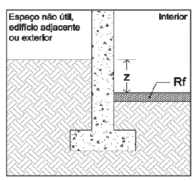
MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Direção-Geral de Energia e Geologia

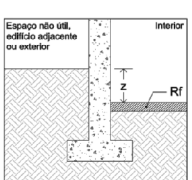
Declaração de retificação n.º 127/2014

O despacho n.º 15793-K/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 3 de dezembro de 2013, saiu com inexactidões que assim se retificam:

1 — No n.º 2 da subsecção 2.2, onde se lê:

B'	z ≤ 0,5 m				0,5 m < z ≤ 1,0 m				1,0 m < z ≤ 2,0 m			
	R _f [(m²·°C)/W]				R _f [(m²·°C)/W]				R _f [(m²·°C)/W]			
	0,5	1	2	≥3	0,5	1	2	≥3	0,5	1	2	≥3
3	0,65	0,57	0,32	0,24	0,57	0,44	0,30	0,23	0,51	0,41	0,29	0,22
4	0,57	0,52	0,3	0,23	0,52	0,41	0,28	0,22	0,47	0,37	0,27	0,21
6	0,47	0,43	0,27	0,21	0,43	0,35	0,25	0,2	0,40	0,33	0,24	0,19
10	0,35	0,32	0,22	0,18	0,32	0,28	0,21	0,17	0,30	0,26	0,20	0,17
15	0,27	0,25	0,18	0,15	0,25	0,22	0,18	0,15	0,24	0,21	0,17	0,14
≥20	0,22	0,21	0,16	0,13	0,21	0,18	0,15	0,13	0,20	0,18	0,15	0,13
B'	z ≤ 0,5 m				0,5 m < z ≤ 1,0 m				1,0 m < z ≤ 2,0 m			
	2,0 m < z ≤ 3,0 m				z > 3 m							
	R _f [(m²·°C)/W]				R _f [(m²·°C)/W]							
	0,5	1	2	≥3	0,5	1	2	≥3				
3	0,45	0,37	0,27	0,21	0,39	0,32	0,24	0,20				
4	0,42	0,34	0,25	0,20	0,36	0,30	0,23	0,19				
6	0,36	0,30	0,23	0,18	0,31	0,27	0,21	0,17				
10	0,28	0,24	0,19	0,16	0,25	0,22	0,18	0,15				
15	0,22	0,20	0,16	0,14	0,20	0,18	0,15	0,13				
≥20	0,19	0,17	0,14	0,12	0,17	0,16	0,13	0,12				

deve ler-se:

B'	z ≤ 0,5 m				0,5 m < z ≤ 1,0 m				1,0 m < z ≤ 2,0 m			
	R _f [(m²·°C)/W]				R _f [(m²·°C)/W]				R _f [(m²·°C)/W]			
	0,5	1	2	≥3	0,5	1	2	≥3	0,5	1	2	≥3
3	0,65	0,57	0,32	0,24	0,57	0,44	0,30	0,23	0,51	0,41	0,29	0,22
4	0,57	0,52	0,3	0,23	0,52	0,41	0,28	0,22	0,47	0,37	0,27	0,21
6	0,47	0,43	0,27	0,21	0,43	0,35	0,25	0,2	0,40	0,33	0,24	0,19
10	0,35	0,32	0,22	0,18	0,32	0,28	0,21	0,17	0,30	0,26	0,20	0,17
15	0,27	0,25	0,18	0,15	0,25	0,22	0,18	0,15	0,24	0,21	0,17	0,14
≥20	0,22	0,21	0,16	0,13	0,21	0,18	0,15	0,13	0,20	0,18	0,15	0,13
B'	2,0 m < z ≤ 3,0 m				z > 3 m							
	R _f [(m²·°C)/W]				R _f [(m²·°C)/W]							
	0,5	1	2	≥3	0,5	1	2	≥3				
3	0,45	0,37	0,27	0,21	0,39	0,32	0,24	0,20				
4	0,42	0,34	0,25	0,20	0,36	0,30	0,23	0,19				
6	0,36	0,30	0,23	0,18	0,31	0,27	0,21	0,17				
10	0,28	0,24	0,19	0,16	0,25	0,22	0,18	0,15				
15	0,22	0,20	0,16	0,14	0,20	0,18	0,15	0,13				
≥20	0,19	0,17	0,14	0,12	0,17	0,16	0,13	0,12				

2 — No n.º 2 da subsecção 12.5, onde se lê:

«Nos restantes casos, considera-se que as principais frinchas na envolvente exterior correspondem à caixilharia (permeabilidade ao ar das portas e janelas) e às eventuais caixas de estore (como permeabilidade ao ar das caixas de estore) que podem ser caracterizadas de acordo com os princípios referidos nos números seguintes.»

deve ler-se:

«Nos restantes casos, considera-se que as principais frinchas na envolvente correspondem à caixilharia (permeabilidade ao ar das portas e janelas) e às eventuais caixas de estore (como permeabilidade ao ar das caixas de estore) que podem ser caracterizadas de acordo com os princípios referidos nos números seguintes.»

3 — Na alínea d) do n.º 6 da subsecção 12.5, onde se lê:

$$q_v = 10 \cdot (\Delta p / 100)^{0,67} \cdot 0,7 \cdot A_{\text{vãos}}$$

deve ler-se:

$$q_v = 10 \cdot (\Delta p / 100)^{0,50} \cdot 0,7 \cdot A_{\text{vãos}}$$

4 — Na subsecção 12.6, onde se lê:

«Aberturas de admissão de ar na envolvente exterior»

deve ler-se:

«Aberturas de admissão de ar na envolvente»

5 — Na subsecção 12.6, onde se lê:

«3 — No caso particular de instalações sanitárias sem condutas de evacuação e com janelas exteriores, o efeito da abertura destas janelas na ventilação será estimado com base na aplicação da expressão anterior para uma abertura fixa com área livre até 250 cm² por janela.»

deve ler-se:

«3 — No caso particular de instalações sanitárias inseridas em edifícios existentes, sem condutas de evacuação e com janelas exteriores, o efeito da abertura destas janelas na ventilação será estimado com base na aplicação da expressão anterior para uma abertura fixa com área livre até 250 cm² por janela.»

30 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro Henriques Gomes Cabral*.

207582713

Declaração de retificação n.º 128/2014

O despacho n.º 15793-I/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 3 de dezembro de 2013, saiu com uma inexactidão que assim se retifica:

No ponto 5 da subsecção 1.4, onde se lê:

«X_j — Fator de orientação para as diferentes exposições de acordo com a Tabela 01.01»

deve ler-se:

«X_j — Fator de orientação para as diferentes exposições de acordo com a Tabela 01.»

30 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro Henriques Gomes Cabral*.

207582568

Declaração de retificação n.º 129/2014

O despacho n.º 15793-D/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 3 de dezembro de 2013, saiu com uma inexactidão que assim se retifica:

Na tabela apresentada no n.º 3, onde se lê «[kgCO₂/kWh]» deve ler-se «[kgCO₂/kWh_{ep}]».

30 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro Henriques Gomes Cabral*.

207582535

Declaração de retificação n.º 130/2014

O despacho n.º 15793-F/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 3 de dezembro de 2013, saiu com inexactidões que, mediante declaração da entidade emitente, assim se retificam:

1 — Na Tabela 01, onde se lê «Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Mora, Nisa, Ponte de Sôr, Portalegre» deve ler-se «Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide,

Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sôr, Portalegre, Sousel».

2 — Na Tabela 01, onde se lê «Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Sousel, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa» deve ler-se «Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa».

3 — Na Tabela 04, onde se lê:

	M			GD		$\theta_{ext,i}$		G_{sui} kWh/m ² por mês
	REF	REF	<i>a</i>	REF	<i>a</i>	REF	<i>a</i>	
	m	meses	mês/km	°C	°C/km	°C	°C/km	
R.A. Açores	10	2,9	1	604	1500	14,4	-7	110
R.A. Madeira	380	3,2	1	618	1500	14,8	-7	105

deve ler-se:

	M			GD		$\theta_{ext,i}$		G_{sui} kWh/m ² por mês
	REF	REF	<i>a</i>	REF	<i>a</i>	REF	<i>a</i>	
	m	meses	mês/km	°C	°C/km	°C	°C/km	
R.A. Açores	10	2,9	3	604	1500	14,4	-7	110
R.A. Madeira	380	3,2	3	818	1500	14,8	-7	105

30 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro Henriques Gomes Cabral*.

207584796

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.**Aviso (extrato) n.º 2073/2014**

O Despacho n.º 103/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 30 de janeiro, designa a licenciada Lúcia Conceição Ferreira de Sousa para o cargo de coordenadora-dirigente intermédio de 2.º grau, do Gabinete de Recuperação de Crédito, e por meu despacho de 17 de janeiro do corrente ano, foi autorizada a referida dirigente, a optar pelo vencimento que afeire pela categoria.

30 janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Vitor Manuel Roque Martins dos Reis*.

207586156

Despacho n.º 2193/2014

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 175/2012, de 2 de agosto, considerando as competências dos dirigentes intermédios de 2.º grau previstas no n.º 2 do artigo 8.º e anexo II da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação vigente, bem como o n.º 2 do despacho do Presidente do Conselho Diretivo do IHRU, I. P., arquiteto Vitor Manuel Roque Martins dos Reis, n.º 4137/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 20 de março de 2013 decido:

1 — Subdelegar na licenciada Ana Maria Machado Ribeiro, coordenadora, em regime de substituição, do Departamento de Gestão do Património do Norte (DGPN), da Delegação do Porto do IHRU, I. P., a competência para:

a) Dirigir o DGPN e praticar todos os atos de gestão corrente dessa unidade orgânica, incluindo assinar a correspondência, o expediente, declarações e outros documentos, com a aposição do selo branco em uso no IHRU, I. P., se for o caso;

b) Autorizar e praticar todos os atos necessários à realização de quaisquer despesas relativas ao funcionamento da respetiva unidade orgânica, incluindo as despesas e os pagamentos com locação e aquisição de bens móveis e serviços, e a correspondente contratação e execução, bem como a renovação e a atualização de preços até ao valor de 2.500 €;

c) Autorizar o pagamento, pelo valor global ou em parcelas, de quaisquer despesas cuja realização tenha sido prévia e superiormente autorizada, até ao limite indicado na alínea a) do n.º 4 da deliberação

do conselho diretivo do IHRU, I. P., n.º 1593/2012, de 31 de outubro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 217, de 9 de novembro de 2012;

d) Autorizar ajudas de custo, abonos e quaisquer outros encargos devidos com deslocações em serviço, em território nacional, com exceção do transporte aéreo;

e) Autorizar despesas e pagamentos relativos a documentos únicos de cobrança (DUC);

f) Assinar, em nome do IHRU, I. P., as certidões de dívida para efeitos de cobrança coerciva nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 175/2012, de 2 de agosto;

g) Representar o IHRU, I. P., junto de quaisquer serviços públicos, designadamente para obtenção de certidões e para requisição de atos de registo predial e de licenças camarárias;

h) Emitir e assinar quaisquer declarações relativas a factos ou direitos no âmbito da competência da Delegação do Porto, nomeadamente para efeito de inscrição, levantamento ou cancelamento do registo de ónus de intransmissibilidade e inalienabilidade ou relativos ao exercício de direito de preferência ou à propriedade resolúvel;

i) Emitir e assinar as credenciais necessárias à representação do IHRU, I. P., e à prática, em nome deste, dos atos relativos a diligências de entrega de imóveis e de tomada de posse dos mesmos;

j) Representar o IHRU, I. P., em atos de constituição de prédios urbanos no regime de propriedade horizontal;

k) Autorizar a realização e o pagamento de despesas de gestão corrente relativas a imóveis do IHRU, I. P., designadamente despesas com eletricidade, água, taxas de esgoto, limpeza e condomínio, dentro do limite referido na alínea b);

l) Assinar contratos de arrendamento para habitação cuja celebração tenha sido superiormente aprovada;

m) Assinar os títulos de cancelamento de garantias hipotecárias;

n) Autorizar o cancelamento de garantias hipotecárias, no âmbito do processo corrente de comercialização dos fogos ou relativas a financiamentos já amortizados;

o) Designar os representantes da Delegação do Porto em júris, no âmbito de procedimentos de contratação pública.

2 — Ratificar todos os atos praticados pelo identificado dirigente desde 01 de janeiro de 2013, no âmbito dos poderes agora subdelegados.

29 de novembro de 2013. — A Diretora, em regime de substituição, *Luísa Maria Rodrigues Gonçalves Lima Aparício*.

207584617